

Por uma leitura territorial do Cerrado: o elo perverso entre produção de riqueza e desigualdade social

Eguimar Felício Chaveiro

da Universidade Federal de Goiás – Goiânia – Goiás - Brasil
eguimar@hotmail.com

Resumo: A empreitada coletiva em torno da construção geográfica de uma abordagem do Cerrado – e as pesquisas diretamente envolvendo o Cerrado goiano, colocam em cena duas interrogações: quais são as produções de sentido das diferentes representações do Cerrado? Essa interrogação pode ser mais simples: qual é o tino político advinda das representações do Cerrado? Por meio de um diálogo ativo com geógrafos de Goiás e fora de Goiás; e também com membros dos Movimentos Sociais e com todos aqueles que defendem a vida íntegra e os direitos humanos, pontuamos que há, para a cunhagem crítica da interpretação do Cerrado, a necessidade de entrelaçar as noções de Bioma a de Território. Esse entrelaçamento parte de uma premissa: o Cerrado goiano é uma construção geopolítica. Portanto, cabe, numa análise crítica, deslindar a sua ideologização. E compreender a formação de um território desigual.

Palavras-chave: Leitura territorial do Cerrado. Desigualdade social. Geopolítica. Escalas geográficas.

Introdução

O Cerrado tornou-se, nas últimas décadas, em Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do sul, Distrito Federal, Minas Gerais e em outras unidades federativas, um referente. Ou seja, se tornou um objeto de pesquisa, assim como conteúdo de disciplinas; área de concentração de programas de pós-graduação, e, bandeira de luta; nomes de instituições liberais, denominações de bares, eventos, feiras e festas.

Face a essa notória publicidade, pode-se compreender: o Cerrado se propagou no seio acadêmico, político e social, colocando-se como uma fonte de múltiplas e diferenciadas representações. Praticamente todas as instituições, inclusive setores do Estado, empresas e corporações, sem pejo, proferem discursos apologéticos de sua importância, defendendo a sua preservação, enaltecendo a sua grandeza. As notas são várias e repetidos aludindo-o com importante corredor produtivo do país; o berço das águas; gradiente de uma rica biodiversidade; uma farmácia natural com potente farmacopeia.

Agentes, setores, grupos, organizações, sites, os mais diversos – nessa quase histeria apologética - repercutem a inviolável importância do Cerrado; estabelecem repetidamente o lastro de seu domínio; demonstram números persuasivos de sua grandeza econômica, social, biológica. Em muitos casos, ocupam-se em saudar o espetáculo cênico de seus ambientes.

Isso posto, uma pergunta se evidencia: quais são as produções de sentido das diferentes representações do Cerrado? Essa interrogação pode ser mais simples: qual é o tino político advinda das representações do Cerrado? Com a vontade de estabelecer um diálogo ativo e respeitoso com os estudiosos do tema, com os Movimentos Sociais e com todos aqueles que defendem a vida íntegra e os direitos humanos; e de dirimir os pontos formulados por essas interrogações, iniciamos, de forma coletiva, há mais de uma década, um questionamento à forma pela qual se constituiu a ideologização do Cerrado.

A efetivação de trabalhos coletivos - em diálogos de saberes sob a seta diferentes grupos – contando efetivamente com a voz parceira de pesquisadores como Manoel Calaça, Angelita Lima, Valdir Specian, Fernando Soares, Celene Cunha, Márcia Pelá, Lucas Barbosa, Elizeu Lira, Roberto dos Santos, Robson Moraes, Uelinton Barbosa, Maria Geralda de Almeida, Marcelo Mendonça, Denis Castilho, Dimas Peixinho, Romualdo Pessoa Filho, Idelvone Mendes, João Batista de Deus, Ronan Eustáquio, Alex Tristão, Emerson Martins, Antonio Teixeira Neto, Rosselvelt José Santos, Adão Francisco de Oliveira, Ana Carolina de O. Marques, Elaine Barbosa da Silva, Júlio Pereira Borges, Ubiratan Francisco de Oliveira, Wilson Lopes, Ricardo Assis Gonçalves, Benjamim Pereira Lima, Rosana Borges, Altair Sales Barbosa, Edson Batista da Silva, Murilo Mendonça de O. Souza – e outros – ficou esclarecido que deveríamos ver o olho que olha o Cerrado. Ou seja, deveríamos investigar a transformação do Cerrado num tema, numa ideologia e num discurso de implacável protagonismo no atual período.

Diante desse propósito, começamos por enxergar os limites do conceito de bioma. Dessa visada, foi possível vislumbrar as principais contradições originadas na apropriação do tema e, especialmente, na transformação do Cerrado num território fragmentado e rico; elogiado, contudo, defenestrado social e ambientalmente.

Cuidamos de cunhar uma contradição veraz: o território do Cerrado ao se afirmar por uma economia de expansão teve como resultado a destruição do bioma. De maneira que a afirmação do Cerrado como território gerou a sua negação enquanto bioma. A partir dessa contradição foi possível elucidar outra: o mecanismo de transformação do Cerrado em fronteira agrícola o colocou na rota da economia mundial, gerando, contudo, a pressão, a fragmentação, o confinamento, a redução das terras de povos indígenas e camponeses.

Outras contradições foram desvendadas: da década de 1970 até os nossos dias, a população do Cerrado se urbanizou de maneira acelerada, e dispersa, gerando uma urbanização desigual e concentrada. O incremento demográfico dessa urbanização contou com vários tipos mobilidades, inicialmente a rural-urbana, posteriormente, a inter-regional e a internacional. Entretanto, num efeito sanfona camponeses foram expropriados de suas terras e mudaram para Goiânia; trabalhadores do norte e do nordeste afluíram-se para Goiânia e para as chamadas cidades do agronegócio; pessoas de cidades pequenas do norte e do norte de Goiás migraram para Goiânia; trabalhadores de Goiânia migraram para os Estados Unidos da América e para países da Europa. E ainda pode ser visto que à medida que o Cerrado goiano inseriu-se na economia-mundo houve maior intercedência na diferenciação regional interna.

Os estudos, as pesquisas e os diálogos, ao manusearem essas contradições e evidenciando-as como centro da análise, organizaram o campo do método, ou seja, dispuseram o pensamento para enxergar o mundo do Cerrado como uma singularidade que, processualmente, sintetiza a relação sociedade-natureza a partir de critérios como característica do Bioma; densidade histórica; formação social e cultural. Essa singularidade, por sua vez, só é possível da totalidade.

Daí que a categoria território se faz presente na empreitada analítica, pois ela explicita quem domina, apropria e ideologiza o Cerrado; explicita também as relações de forças que controlam as fitofisionomias, a água, o solo, o relevo, os minérios. Explicita, por fim, o que parece enunciar o mote central de uma análise totalizante do Cerrado: o fato de ser um importante corredor produtivo sob custas da degradação ambiental e da desigualdade social.

A invenção de um tema nos albores de uma sociedade mundializada

A multiplicidade de formas e conteúdos sociais junto a uma diversidade de etnias, grupos e ambientes; as diferentes línguas e modos de vida; a imensa plataforma de saberes e falares; a memória coletiva e as artes de vida. A longa história do bioma e a longa história de povos coletores, camponeses, quilombolas são exemplos para que o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, em palestras e aulas, em diálogo franco e aberto com os geógrafos, deliberasse por denominar esse imenso mundo diverso e múltiplo de “mundo do Cerrado”.

As paisagens diferenciadas com cores acinzentadas; as mudanças abruptas das paisagens com as mudanças das estações. E também as vastidões dos interiores abrangendo grande porção do território brasileiro; o espetáculo de forças das chamadas florestas anãs; dos matos carrasquinhos, de árvores tortas e pequenas; as ricas e diferentes drenagens

formadas por nascentes, córregos e rios. O profundo dinamismo da economia comercial fundada em agrotóxico; as linhas uníssonas das monoculturas; a luta de povos indígenas e de Sem-Terras; a diferenciação das fitofisionomias e a desigualdade regional interna com vigorosos contrastes na distribuição da população entre as regiões e entre as cidades e o campo, de fato, esculpem um mundo específico.

O geógrafo Idelvone Mendes Ferreira, procedendo com sutileza e crítica, com frequência, em colóquios, palestras e reuniões de pesquisa, apresenta uma interrogação ao modo corrente como a palavra Cerrado é grafada. Ele assegura que escrever Cerrado em minúscula é uma forma de perpetuar um preconceito, pois a palavra refere-se sobre um substantivo próprio. Um ser. Uma substância.

O geógrafo Valney Rigonato (2013), em observação à multiplicidade de etnias e de seus modos de vida, bem como de sua cultura ecológica, solicita que se escreva o substantivo no plural: CERRADOS. Entre os autores, há os que fazem uma separação: quando se trata do bioma a palavra deverá vir no singular, quando se trata de território a palavra deve vir no plural.

A explicação vem esmiuçada: o Cerrado no planalto central, a Caatinga no nordeste, o Pantanal no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul; os Pampas, no Sul; a Floresta amazônica, no norte do país; a Floresta atlântica, no sudeste, abarcam vários territórios; esses aglutinam ambientes, etnias, classes, identidades e cultura. Por esta visada, a nomeação deve vir no plural: cerrados.

Os estudos do Cerrado, assim como as diferentes formas de sua nomeação; as interpretações sustentadas em diferentes perspectivas teóricas e políticas, feitas nos últimos 30 anos por geógrafos, biólogos, antropólogos, sociólogos e por outros profissionais de campos de saberes diversos, assim como pelo Estado; bancos privados; donos de indústrias, latifundiários; sujeitos ligados ao agronegócio e ao mercado de commodities; ou feita por integrantes do Movimento Social: de ONGs - Organizações Não Governamentais, de sindicatos, de coletivos de jovens; por Movimentos de populações tradicionais, indígenas, e, lógico, por representantes diretos da pesquisa científica ou da vida acadêmica, nos fazem ver o seguinte: o Cerrado participa de uma disputa concreta em se tratando de sua riqueza e de seus bens naturais, sociais e culturais e, também, de representações.

Por conseguinte, se coloca como um objeto sobre o qual se produz discursos, ideologias e construção de sentidos. Em decorrência disso, é congruente dizer que o Cerrado é uma produção semiótica e ideológica, pois o que se diz Dele, e como diz e as razões que leva a dizê-lo, são disputados. A palavra Cerrado ao ser dita inscreve o autor da

fala para agir politicamente. Interpretar o Cerrado é pôr o pensamento no real e as mãos na disputa ideológica.

A produção semiótica da imagem do Cerrado, isto é, a popularização dessa palavra, vale dizer, é recente. Embora haja divergências entre autores que tentam recuperar a história do termo, prevalece, quase sempre, a ideia que a palavra CERRADO passa a ter força dos meados do século XX para cá em substituição à designação “formações savânicas”. Ou o termo geralmente vago, contudo costumeiro “Sertão”.

A força acadêmica do termo e a sua capilaridade pública no imaginário social ganha expressividade e vulto no momento em que o Brasil desenvolve o interesse pelos estudos do ambiente. O ambientalismo – posto numa nuance profundamente diferenciada sob vários juízos e interesses – recoloca a gramática acadêmica e popular.

Com efeito, noções como “povos cerradeiros”, “territórios cerradeiros”, “cultura cerradeira”, “povos do Cerrado”, “sujeitos do Cerrado” e outros, alimentam o vernáculo ambientalista, compelindo a discernir os seus sentidos. Para isso, convém compreender que uma das características da universidade brasileira atual que, sob um sistema de avaliação institucional, tem se constituído por um apressamento dos discursos conduzindo ao modismo temático e no modo de se fazer ciência. As agendas de pesquisa ou a implementação de territórios temáticos, a partir dos quais articulam-se séquitos e promovem negociações em torno de controle de editais, bolsas de pesquisadores, patrocínios, fazem instalar um comércio de discurso acadêmico. A ordem neoliberal transforma alguns temas em agendas de pesquisa e discurso autorizados, aceitos e referendados.

A implementação dos temas, face aos requisitos externos neoliberais, cria uma economia acadêmica. Disso decorre a adesão do intelectual a esse esquema e a sua subserviência ao regime avaliatório. É comum, nessa engrenagem, haver uma espécie de empastelamento da crítica guiada pelo critério da repetição. Ou seja, em muitos casos os discursos, às vezes formalmente revolucionários, são feitos para implementarem articulações no interior da universidade neoliberal. Por isso, no plano da ação política de departamento, é como haver aglutinações entre os chamados setores críticos com culturalistas, neopositivistas. Ou seja, no plano da ação de poder os discursos pouco contam, nem as suas referências teóricas.

Assim posto, fica elucidado que o modo de ver/conceber/interpretar um tema ocorre mediante um campo de forças, o que nos põe a interrogar: quais são os sentidos históricos da invenção do Cerrado como tema? A pergunta pode ser: por que o Cerrado gera interesse como tema da sociedade mundializada contemporânea?

Essas interrogações conduzem o raciocínio a compreender que a sociedade capitalista, a partir do pós-guerra, ao desenvolver diferentes modos de acumulação, evidenciou as possibilidades dos estudos do Cerrado. A luta pela hegemonia entre Estados Unidos da América e Japão; posteriormente, a disputa entre os EUA e o bloco socialista; a necessidade de fortalecer a pesquisa científica e a descoberta da importância da mercantilização do alimento, engendraram a força geopolítica da ciência. A leitura territorial do Cerrado começa e fundamenta com esse ponto seminal: a escala geopolítica.

A escala geopolítica

As estratégias de apropriação do Cerrado e de seus recursos, com raízes institucionais na história na atividade mineradora, na pecuária e na agricultura, o transformou e o transforma continuamente - num território sob a primazia “de variáveis externas, moldadas pelos atores que controlam a reprodução do capital. Esse processo transforma a sua condição de ambiente natural num ambiente capturado por relações ditadas pelas classes hegemônicas”. (CASTILHO; CHAVEIRO, 2010, p. 44).

O movimento sucessivo de estratégias de apropriação do Cerrado teve, desde o início, a ação de um agente de poder estrangeiro: a coroa portuguesa. E desde o início as estratégias foram alimentadas e executadas pelo Estado. Para Arrais (2013, p. 21), em seus estudos sobre a produção do território goiano, entre a profusão de atores sociais que atuam na produção do território, destaca-se o Estado, sendo ele o protagonista pela “dotação de infraestrutura, pela regulamentação jurídica e pelo financiamento da produção, além de constituir um contínuo palco de disputa pelo atendimento de diferentes demandas sociais, uma vez que detém o monopólio do poder político”.

Ora, isso revela que o Estado, no sistema capitalista, e com ênfase na produção de um território integrado aos circuitos do capital em Goiás, atuou e atua como veículo para os interesses da acumulação nos campos da produção, da circulação e da troca. A escala de poder externa também, desde o início, tratou de empenhar a violência contra povos indígenas, contra os seus costumes e suas línguas.

O Estado, além de mover as fronteiras de expansão do capitalismo, desempenhou a condição de canal de dominação de classe no interior da relação entre capital e trabalho, em nível mundial, processo bem explicado por Harvey quando destaca que,

A garantia do direito de propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade

do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário (via Banco Central, por exemplo) estão todos dentro do campo de ação do Estado. Em todos esses aspectos, o Estado capitalista se torna “a forma de organização que o burguês necessariamente adota para propósitos internos e externos, para a garantia mútua das suas propriedades e dos seus interesses” (MARX; ENGELS, 1970, p. 80). O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classes, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho. Se fosse diferente, o capitalismo não se sustentaria por muito tempo (HARVEY, 2005, p. 82).

A interpretação de Harvey (2005), nos outorga dizer que as estratégias que inserem o Cerrado no cassino das economias nacional e internacional foram possíveis mediante os diferentes elos do Estado com o capital. Destaca-se ainda: a ação de políticas territoriais ou de políticas de governos, entrepostas pelo pacto de poder do Estado nacional e governos locais, submeteram o Cerrado ao jogo da economia internacional transformando-o num importante território conforme os interesses hegemônicos. Com esta função, o Estado tem agido como alavanca de sustentação da expansão territorial dos projetos capitalistas.

Quando vários geógrafos, entre os quais José Gilberto de Souza (2015), refere-se sobre as determinações territoriais como expressão de relações sociais de poder, nos ajuda a colocar o Estado, em diferentes ordens escalar, como importante figura na análise territorial do Cerrado.

Em paralelo a esse raciocínio, demonstramos, em outro momento (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010), que a partir de 1930 considerar-se-á o Cerrado como um *Bio-Território* urdido pelas políticas territoriais brasileiras. Os exemplos dessa constatação são inequívocos, nomeadamente pode-se citar a edificação de Goiânia nos anos 1930; de Brasília no final da década de 1950 e início dos anos 1960; e de Palmas nos anos 1980, além da construção da BR-153 e de seus troncos complementares e, recentemente, com a Ferrovia Norte-Sul diante dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Estas e outras políticas e obras técnicas, acrescidas como próteses ao território cerradeiro, contribuíram com o projeto estratégico de unificar ou integrar, sob o ponto de vista do mercado, o Brasil de norte a sul e de leste a oeste. Ademais, essas políticas imprimiram no Cerrado a condição central da expansão e consolidação do capitalismo brasileiro. Por isso, a defende-se que pensar o Cerrado supõe pensar o Brasil; pensar o Brasil requisita pensar o Cerrado, assim como outros biomas e regiões. Não separar a interpretação do Cerrado da formação socioespacial brasileira, isto é, ler o Cerrado pelo Brasil e ler o Brasil pelo Cerrado, descortina um ponto crucial do método e da abordagem territorial.

Com efeito, o conjunto de intervenções do Estado no Cerrado por meio de políticas governamentais relaciona-se também à centralidade deste *Bioma-Território* diante do gigantismo territorial brasileiro. Elo de integração entre as regiões brasileiras, de travessia de sistemas de logísticas espaciais e lugar de cobiça mundial, o Cerrado participa do ordenamento produtivo da economia brasileira.

Por conseguinte, a captura do território cerradeiro está em disputa. O Estado, as corporações transnacionais, as cooperativas e associações, os assentamentos e acampamentos de trabalhadores Sem-Terra, os usineiros, pecuaristas, quilombolas e indígenas revelam sua complexidade e os sentidos de sua apropriação, seja como fonte de vida ou fonte de lucro.

Entretanto, o sentido economicista deste processo de colonização vertido ao mercado internacional que desorganizou, extinguiu e violentou modos de vida nativos, foi fortalecido no decorrer do século XX com mudanças nas paisagens e com alteração da base produtiva para suporte objetivo das forças capitalistas.

Pode-se dizer que o avanço do capital mediante a ação de capitalistas na apropriação do Cerrado e na sua transformação numa matriz internacional, não se dissociam de fatores de ordem geopolítica. Há de se entender que a vasta oferta de terras, a riqueza do subsolo e da água abundante, como promessas de riqueza, a localização como ponte entre o sudeste e o imenso território amazônico nas adjacências, seriam pontos culminantes da estratégia dos “arquitetos” hegemônicos do capital cuja a mira foi – e é – o Cerrado.

Por assim ser, o Cerrado, território de uma natureza dadivosa, é visto atualmente como uma grande reserva de valores de usos potenciais a serem monetizados, capitalizados, comercializados e trocados como mercadorias (HARVEY, 2016). Diante disso, foi imperioso incorporá-lo, com suas vastas fontes de recursos territoriais, ao padrão de acumulação capitalista profundamente amparado pelas inovações científicas originadas dos países ricos e de recursos financeiros dispensados pelo Estado nacional.

O discurso ideologicamente repetido de as forças dominantes agirem para arrancá-lo da dormência dos séculos e do atraso histórico de suas paisagens no sentido de transformá-lo em cinturão produtivo da balança comercial do país, mediante a geração de bens para exportação no interior de uma economia agroexportadora, foi – e é – uma das operações de sua apropriação.

Para isso, contou-se com um aspecto importante: o aproveitamento do imaginário negativo do Cerrado, tecido desde as primeiras impressões dos viajantes naturalistas europeus do século XIX, que, ao percorrem “esta terra estranha e exótica”, sublinharam a imagem de um Brasil dividido entre litoral e sertão. A imagem pejorativa do Cerrado, desde

o final do século XIX foi um corolário para a ação de exploração integrando-o ao “progresso, à cultura e às luzes do denominado “mundo desenvolvido”.

Nesse pleito, as “terras ásperas do interior”, as “paisagens áridas” e pouco florestadas, habitadas por gente rude e analfabeta serviram de representações justificadoras às políticas de incorporação dessas áreas ao processo de acumulação e produção de mercadorias. Para Mendonça (2004, p. 127-128),

A ideia de sertão está diretamente relacionada ao processo de incorporação dessas áreas no processo de acumulação e produção de mercadorias. Aparentemente, é como se o capital tivesse o poder de transformar o sertão em civilização, conformando novas formas de produção e novas relações de trabalho. [...] o sertão deve ser pensado enquanto uma construção social e histórica. A noção de ocupar o vazio, de dominar as insurgências populares negando as trajetórias preexistentes, visava garantir a livre territorialização do capital, criando e fortalecendo os estereótipos para efetivar o projeto modernizador.

Como esclarece o geógrafo goiano, no interior do imaginário que teceu a imagem do Sertão toldada pela “ignorância” e pelo “atraso” projetou-se os “ideais do futuro” de uma sociedade civilizada e moderna; operou-se, também, um conjunto de políticas territoriais. Para esse intento, deve-se destacar, a criação da Fundação Brasil Central que projetou o plano Marcha para o Oeste, assim como construção de estradas de ferro, a composição do projeto de Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG, a construção de Goiânia e posteriormente de Brasília. Pontuam-se ainda o desenvolvimento de iniciativas como a criação da ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural, em 1948; do IPEA - Instituto de Pesquisas Agrícolas, em 1960; Sudeco - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, em 1967; Embrapa, em 1973; Padap - Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba, em 1973.

Todas essas políticas demonstram que as ações do poder estatal na reordenação do território do Cerrado foram fomentadas com o II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1974-1979), implementado durante o Governo Geisel (1974-1979). Com o II PND, alguns programas foram elaborados com foco estratégico específico para o Cerrado do Centro Oeste brasileira, compreendida como região aberta ao planejamento estatal. Destacaram-se, ainda, programas como Prodegran - Programa Especial da Região da Grande Dourados, o Polocentro e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília.

O papel estratégico da agricultura no processo de desenvolvimento capitalista do Cerrado foi o que, silenciosamente, fez esses programas serem constituídos. Inocência

(2000, p. 03), em seu valioso trabalho, revela que “sob a égide do Estado autoritário, a agricultura conhece um processo de “modernização conservadora”, em que a região centro-oeste do país passa a ser vista como área de expansão da fronteira agrícola, conhecendo uma intensa expansão capitalista no campo, apoiada nos incentivos fiscais e no crédito subsidiado”.

Diferentes pactos políticos e operações ideológicas também foram arquitetados na implementação dessas ações. Seria necessário que o Estado nacional exortasse as oligarquias locais convencendo-as da inevitabilidade de mudanças no território cerradoeiro. O pacto entre arcaísmo e inovação, forças retrógradas tradicionais e forças retrógradas chamadas modernas, é um capítulo crasso na leitura territorial do Cerrado.

As mudanças as quais atravessaram Cerrado, dinamizando e incrementando sua economia, deram sobrevida política às oligarquias e a todo o seu aparato de poder. Por isso, foi mantido o latifúndio, o autoritarismo, as diferenças de classe, reproduzindo, mantendo e brutalizando as desigualdades sociais, a exploração dos trabalhadores e a ação política com o pendor do coronelismo, ora infame e rude, ora com dispositivos acadêmicos ou de roupagens modernas. “Assim é que estendeu-se essa ideia: o Sertão é o Brasil profundo e original, diferente do litoral que é contaminado pelas forças exteriores” (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010, p. 26).

A aliança do Estado com o capital internacional na captura do Cerrado foi consentida com o PRODECER (Programa de cooperação nipo-brasileira para o Cerrado), que se ocupou em ajustar a atuação direta do governo japonês em distintos níveis, tais como a seleção de áreas prioritárias, empréstimos, monitoramento e avaliação dos resultados. Inocêncio (2006, p. 03) explica que,

Dentre as políticas e programas governamentais de ação direta sobre os Cerrados pode ser destacado o PRODECER. Este programa promoveu e promove o assentamento de agricultores experientes no uso de tecnologias no Cerrado. É financiado com empréstimos da Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (JICA), tendo a contrapartida do governo brasileiro e apoio da iniciativa privada (WWF, 1995). A participação japonesa no PRODECER representa os interesses internacionais nos Cerrados, como uma área estratégica de suprimentos agrícolas na divisão internacional do trabalho, que acaba se concretizando com a cultura da soja. Esta ação direta do governo ao assinar o acordo com os japoneses para a produção de produtos exportáveis no Cerrado caracteriza a dimensão do poder do Estado na ocupação, ordenação e reordenação do território, no caso exporto, através da agricultura. Para a efetivação desta ação há a necessidade de ampliar os meios e instrumentos de geração de produtividade através do capital estrangeiro aumentando a implantação das empresas agropecuárias no país, que financiarão os

insumos indispensáveis à modernização. Temos então a estruturação de um novo sistema de cultivo nos Cerrados, caracterizados por novas técnicas químicas, biológicas, mecânicas e gerenciais.

A pesquisa de Inocêncio (2006) foi um marco para compreender a relação entre os programas de planejamento e intervenção territorial no Cerrado e a presença dos atores hegemônicos. É evidente o lastro geopolítico do processo, que no caso do PRODECER, colocava em cena a disputa pelo comércio internacional de grãos, lançando o governo japonês a interferir no sistema produtivo do Cerrado. Além disso, com os programas voltados à agricultura intensificaram a modernização territorial no Cerrado, especialmente do Cerrado goiano. De acordo com Pires (2000, p. 113), “A incorporação produtiva do cerrado teve como pano de fundo histórico a modernização agrícola, colaborando para a integração e a dependência da agricultura brasileira ao sistema agroalimentar mundial”.

Ao elaborar essas reflexões, uma contribuição atenta foi feita pelo geógrafo Horieste Gomes. Com crivo crítico Gomes (2008), enuncia que as transformações territoriais do Cerrado goiano ocorreram no interior da trama geopolítica global do capital. Para encadear o seu raciocínio, o geógrafo goiano utiliza a categoria divisão Internacional do Trabalho como perspectiva teórica e metodológica, a partir da qual busca edificar uma matriz explicativa de natureza dialética. Gomes (2008) assegura que,

No transcurso dos últimos quarenta anos, ocorreram profundas transformações econômicas, demográficas e socioculturais no conjunto do território nacional, que se acentuaram a partir da ascensão dos militares ao controle do Estado brasileiro, uma principalmente nas décadas subsequentes ao golpe de 1964, com o advento do modelo de desenvolvimento capitalista neoliberal. Com segurança, pode-se afirmar ser a nova matriz ambiental/territorial resultante da convergência de três estratégias preestabelecidas pelo capitalismo internacional pós Segunda Grande Guerra Mundial, que impôs aos países considerados “subdesenvolvidos” uma Nova Divisão Internacional do Trabalho (NDIT) e, conseqüentemente, do espaço geográfico. No caso do Brasil, o objetivo pretendido foi incorporar o campo à lógica do capital financeiro – oficial e privado – internacional. Inicialmente, no final da década de 1940, os ideólogos pragmáticos da NDIT colocaram em prática a denominada “Revolução Verde”, financiada por governos e instituições internacionais, a exemplo das fundações Ford e Rockefeller, do Instituto Kellong e outras que passaram a utilizar como laboratórios experimentais os espaços regionais favoráveis de determinados países dependentes de capitais, ciência e tecnologia, com o intuito de avaliar o alcance dos resultados das pesquisas científicas e tecnológicas implementadas no pós guerra.

Gomes (2008), apresenta o que denomina de “uma nova matriz ambiental e territorial do Cerrado goiano”, contribuindo para desvelar a trama ideológica e concreta encetada pelos atores hegemônicos do capital na apropriação e modernização do território do Cerrado. Ele expõe a tessitura da divisão internacional do trabalho na produção de uma subserviência nacional às prerrogativas do capital e aos poderes imperialistas.

Demonstra que o conteúdo dos lugares foi, a partir das ações modernizantes, ressignificado aproveitando-se dos fatores locacionais de ordem natural, econômica e financeiro-comerciais. Gomes (2008), entende, conjuminando história e espaço numa relação inseparável, os sentidos da apropriação do Cerrado; a sua inserção na correia produtiva do capitalismo e na troca acumulada; a integração competitiva dos seus lugares na economia nacional e mundial.

A produção da desigualdade

O pensamento filosófico e geográfico, nas últimas décadas, tratou de dirimir as noções de desigualdades e de diferença. Ao realizarmos a pesquisa para o acesso ao cargo de Titular, no Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás, em profícuo diálogo com orientados e membros de várias redes nacionais e internacionais de pesquisadores, aproveitando também os trabalhos efetivados num curso de três décadas, cunhamos o seguinte: a leitura geográfica do Cerrado teria que afundar os olhos – e a mente no modo se deu a inserção do Cerrado na economia-mundo. Foi essa inserção que o afirmou como um território desigual gerando a negação do bioma e de sua diversidade.

Essa cunha teórica, constada em campo e em números, pode ser vista em vários dados. Conforme o IMB – Instituto Mauro Borges - (2017), a agropecuária goiana participa com 12,3% da renda gerada no Estado. Desse total, em torno de apenas 7,8% resulta da agricultura. Essas cifras dão a Goiás a 4º posição nacional de produtores de grãos. No entanto, no período entre 2000 e 2015 a produção goiana de grãos saltou de 8,7 para 19,5 milhões de toneladas.

Entretanto, percebe-se que o crescimento da produção se expressou nos setores baseados na exportação.

Tipo de produção	2000		2015	
	Produção (t)	Área Colhida (Ha)	Produção (t)	Área Colhida (Ha)
Cana de açúcar (t)	10.162.959	139.186	69.127.015	930.052
Milho (t)	3.659.475	839.844	9.483.548	1.401.843
Soja (t)	4.092.934	1.491.066	8.595.672	3.260.025
Feijão (t)	200.415	112.179	315.109	122.797
Arroz (t)	294.629	150.334	109.809	25.258

Tabela 1 – Evolução da produção agrícola e área colhida das principais culturas em Goiás no período entre 2000 – 2015.

Fonte: Instituto Mauro Borges (2017).

Org.: o próprio autor (2018).

A leitura dos dados da produção revela que as áreas colhidas de monoculturas, como a cana de açúcar, o milho e a soja cresceram bastante no período entre 2000 e 2015. As implicações desse crescimento representam o “controle corporativo dos territórios” e se colocam na esteira das desigualdades, pois a renda territorial foi abocanhada pelos investidores capitalistas, latifundiários, gente do agronegócio, empresas e corporações.

Nota-se que todo o processo de expansão articulado no pacto de poder entre Estado e setores econômicos capitalistas efetivou a fronteira expansiva dos setores que abastecem o mercado mundial de *commodities* agrícolas. Verifica-se ainda a redução de produtos importantes da cultura alimentar goiana, como o arroz, e um crescimento menos relevante da área colhida e da produção de feijão. Isso mostra os sentidos do uso do território.

A interpretação das culturas plantadas, suas produções e as áreas ocupadas expressam o sentido do território do Cerrado. O que se denominou “política de modernização” transformou o uso do território no sentido de diminuir a produção de culturas alimentares da tradição goiana, aumentando as culturas de exportação solicitadas pelo capitalismo financeirizado ao modo das *commodities* agrícolas.

Convém observar ainda que a internacionalização da economia do Cerrado, por meio da leitura das áreas ocupadas e dos tipos de cultura e produção, gerou o monopólio como produto direto das monoculturas. Essas, por sua vez, representam a concentração de terras e a concentração de capital, bem como o controle do processo produtivo. Na mesma esteira eclode a intoxicação do solo e das águas; a extinção de espécies, o desmatamento e a expropriação de camponeses, sujeitos que afluíram para Goiânia e Brasília enfeixando a periferia proletária dessas metrópoles.

A pecuária é outra atividade da matriz produtiva do Cerrado goiano atual.

	2000	2015
Efetivo do rebanho bovino (cab)	18.399.222	21.887.720
Abate de bovinos (cab)	2.046.046	3.060.939
Efetivo do rebanho suíno (cab)	1.174.360	2.033.914
Abate de suínos (cab)	95.803	1.765.662
Efetivo do rebanho avícola (cab)	26.444.415	64.604.285
Abate de aves	50.342.749	373.965.280
Produção de leite (mil litros)	2.193.799	3.518.058
Produção de ovos (1.000 dz)	111.910	196.498

Tabela 2 – Evolução da produção de leite, ovos e do efetivo e abate bovino, suíno e avícola em Goiás no período entre 2000 e 2015.

Fonte: Instituto Mauro Borges (2017).

Org.: o próprio autor (2018).

De acordo com os dados do IMB (2017), aproximadamente 4,4% da renda gerada no Estado de Goiás decorrem dessa atividade. A avicultura e o rebanho suíno cresceram substancialmente desde a partir dos anos 2000, ocupando a posição de 6º lugar na produção nacional. A produção leiteira é uma atividade em crescimento e se destaca no Brasil com a 4º maior entre os estados, responsabilizando por cerca de 10,5% da produção nacional. Por seu turno, a produção de ovos no território goiano é a 7º mais importante no *ranking* nacional, respondendo por 5% da produção de todo o país.

Esse quadro demonstra que o efetivo bovino não apresentou grandes mudanças desde o início do século XXI, mantendo o Estado goiano entre a 3º e 4º posição no país. No entanto, de acordo com o IMB (2017), Goiás se destaca na criação de bovinos de corte e confinamento mediante uso intensivo em tecnologia.

A afirmação do Cerrado, especialmente no domínio de Goiás, como território da produção de bens primários para o mercado global enuncia-se também na disputa pelo seu subsolo (GONÇALVES, 2016) rico em jazidas minerais. Constata-se a evolução significativa dos dados de extração e comercialização dos principais minérios produzidos em Goiás desde entre os anos 2000 e 2015.

Tipo de minério	2000		2015	
	Produção (t e Kg/ouro)	Valor das vendas (R\$)	Produção (t e Kg/ouro)	Valor das vendas (R\$)
Amianto	209.332	244.542.040,00*	232.051,56	592.914.042,41
Cobre	2.466	13.052.529,00	63.985	324.069.983,08
Fosfato	1.382.903	146.179.209,62	2.316.566	429.034.680,31
Nióbio	4.467	109.090.703,00	12.740	471.103,92 **
Níquel	23.570	595.199.586,00	48.800	2.001.257,97 ***
Ouro	6.000	147.531.637,38	6.605	824.846.047,88
Vermiculita	9.259	2.605.024,88	52.166	34.842.193,22

* 10³ R\$ / ** 10³ R\$ / *** 10³ R\$

Tabela 3 – Evolução da produção e comercialização de amianto, cobre, fosfato, nióbio, níquel e ouro em Goiás entre os anos 2000 e 2015.

Fonte: ANM (2004; 2017). **Org.:** o próprio autor (2018).

Conforme se lê, a produção mineral em Goiás destaca-se como a 3º mais relevante do Brasil, depois de Minas Gerais e Pará. Isso significa que o valor das operações minerais no território goiano é de R\$ 4,9 bilhões [em valores nominais] (ANM, 2017). Além disso, no ano de 2014, conforme dados da Agência Nacional de Mineração, o Estado chegou a ser responsável por 100% de toda a produção de amianto no país, 85% do níquel, 32,4% da rocha fosfática, 12,9% do nióbio e 13,2% do ouro.

Vê-se também que os dados da tabela revelam a produção e os valores da comercialização de minérios como o fósforo, o níquel, o cobre, nióbio e vermiculita, que conheceram um crescimento acentuado. Por essa razão, Gonçalves (2016, p. 27), é sintetiza que “há uma geopolítica das empresas mineradoras na ocupação do Cerrado goiano com a apropriação desigual e contraditória do subsolo pelas estratégias de controle e expansão dos grandes empreendimentos de mineração”.

Os usos do Cerrado permitem compreender que este território alimenta, em nível mundial, os interesses da economia capitalista a partir do critério de exportação. Ao ver os principais produtos da pauta exportadora goiana fica explicado que o Cerrado foi transformado numa “mercadoria internacional” que, internamente, fomentou a diferenciação regional e a desigualdade social.

Produtos	2015	
	US\$ FOB	Participação (%)
Complexo da Soja	1.813.365.970	30,85
Complexo da carne	1.343.346.751	22,85
Complexo do minério	1.129.251.549	19,21
Milho e derivados	662.809.413	11,28
Couro	325.103.843	5,53
Açúcares	280.036.941	4,76
Algodão	44.012.720	0,75
Café e especiarias	27.508.574	0,47
Veículos, suas partes e acessórios	16.195.103	0,28
Álcool Etílico	5.113.947	0,9
Leite e derivados	813.429	0,1
Demais produtos	230.704.456	3,92

*Complexo de carne: carne bovina, carne avícola, carne suína e outras carnes.

*Complexo de Minérios: ouro, amianto, sulfetos de min. de cobre, ferroligas e outros minérios.

Tabela 4 - Exportação dos principais produtos goianos por receita - 2015

Fonte: IBM (2015, p. 14).

Org.: IBM (2015), adaptado por Chaveiro (2018).

Como se vê, os dados revelam uma taxa de exportação baseada nos complexos de soja, minérios e carne. Esses três complexos respondem por 72,91% da receita proveniente

das exportações goianas em 2015. Esses dados são comprovações que os usos do Cerrado estão submersos às estratégias das mineradoras e dos setores agropecuários.

Para alimentar a voracidade economicista baseada em negócios de *commodities* agrícolas e minerais, as regiões e seus lugares do Cerrado, assim como o seu solo, vegetação, água, subsolo e força de trabalho, são rapidamente transformados e drenados para diversos países do mundo (tabela) em forma de minérios, algodão, carne, soja, milho, açúcar, café e álcool.

Países	Valores das exportações (US\$ FOB)
China	1.528.458.186
Países Baixos (Holanda)	597.132.226
Índia	262.895.782
Rússia	246.663.453
Coreia do Sul	205.443.097
Irã	201.518.037
Japão	177.925.415
Estados Unidos	177.632.397
Hong Kong	174.892.073
Vietnã	172.898.631
Itália	164.608.127
Espanha	155.073.761
Egito	139.790.390
Arábia Saudita	136.910.044
Taiwan (Formosa)	130.242.020
Suíça	128.777.112
Reino Unido	105.657.416
Emirados Árabes Unidos	94.685.459
Tailândia	88.209.700
Alemanha	58.745.307
Demais Países	930.104.063
Total	5.878.262.696

Tabela 5 - Principais destinos e valores (US\$ FOB) das exportações goianas 2005 e 2015.

Fonte: Instituto Mauro Borges (2017).

Org.: o próprio autor (2018).

Mesmo que o setor industrial goiano tenha conhecido um significativo crescimento desde 2000, mediante a instalação da Perdigão Agroindustrial (atualmente Brasil Foods) em Rio Verde; da montadora de veículos Hyundai; os laboratórios Teuto e Neo Química, entre outros; do setor farmacêutico em Anápolis, e a Mitsubishi em Catalão, investimentos no beneficiamento da produção mineral e usinas de etanol, constata-se que a economia do Estado de Goiás é dependente dos setores primários.

Ademais, os três vetores da economia – complexo de soja, carnes e minerais – ao mostrarem-se responsáveis pela exportação na ordem de 72% sinalizam o modelo de desenvolvimento “minero-agro-exportador”, indicando que o Cerrado cumpre um papel econômico nas escalas regionais e internacionais, com a China ocupando a posição de principal destino das exportações dos produtos goianos.

Demambro (2016, p. 35), ao observar a commoditização da economia do Cerrado goiano, observa que,

[...] commodities são produtos com baixo valor agregado; os preços têm tendências a fortes oscilações; os modelos de produção são socialmente pouco inclusivos e possuem elevados riscos de passivos ambientais. O Brasil, nos últimos anos, vem se capacitando e adquirindo forte competitividade no agronegócio mundial. Com uma grande capacidade empreendedora e investimentos tecnológicos está entre os maiores nas estratégias de produção de alimentos.

Como foi enunciado anteriormente, a descoberta do alimento como mercadoria no pós-guerra; o incremento técnico-científico da chamada “revolução verde”; o pacto do Estado brasileiro com as nações hegemônicas; a exportação de capitais, a partir das grandes corporações transnacionais com a remessa de lucros, foram expedientes que criaram condições para que o Cerrado brasileiro se tornasse uma fronteira nacional do capital internacional.

A interpretação territorial do Cerrado, ao vislumbrar a sua inserção na economia nacional e internacional, atravessada pela divisão territorial do trabalho, evidencia a necessidade de considerar o critério estratégico do Cerrado, ou seja, a posição de centralidade que ocupa no país. Esse ponto é crucial, pois demonstra a importância da estratégia territorial na formação socioespacial brasileira.

Tal como foi argumentado, a participação do Estado brasileiro, por meio de diferentes políticas territoriais, como a construção de Goiânia, Brasília e Palmas (TO), incluindo o pacto entre as elites locais e agentes do Estado nacional; a importância de estabelecer vias de acesso com o norte do país gerando meios de passagem para a colonização da região amazônica; e o papel do relevo possibilitando a produção mecanizada da agricultura; a oferta hídrica e a riqueza hidrográfica facilitando o desenvolvimento do agronegócio são fatores da composição territorial dos municípios; da organização da estrutura da propriedade fundiária; da distribuição da renda e, inclusive, das formas de trabalho.

Considerações finais

Estão em marcha, de maneira acelerada, pesquisas, produções de artigos, dissertações, teses; e também mobilizações, programas, projetos, incluindo ações de Movimentos Sociais, de coletivos e de grupos alternativos que contestam as formas de monopólio do saber ao modo das sociedades tecnocentradas. São povos indígenas, quilombolas, camponeses, gente da periferia, ativistas culturais, educadores populares; são também membros de Movimentos Sem-Teto, Sem-Terra e sujeitos que ocupam escolas, enfrentam polícias, reivindicam melhores condições de transporte. O Cerrado entremeia essa marcha. É, em muitos casos, a matéria essencial.

Sujeitos organizados, grupos e ativistas fazem eclodir novas bandeiras, do mesmo modo que outras formas de comunicação e de organização das lutas. Os diferentes grupos, coordenados e unificados pela luta de classe; por questões de gênero, de etnia-raça; por dimensões culturais; por liberdade de sexo, tecem críticas à precarização do trabalho; à privatização de universidades; contra preconceitos históricos; contra hierarquizações, exclusão, segregação, aniquilamento de vidas. Os grupos, não coesos, agem em nome de direitos, da diferença, da criação, da autonomia.

Ao sabor das diferentes leituras de mundo e de atitudes contestatórias, reivindicatórias, utópicas, esses grupos alicerçam modos de organização, de comunicar, de enfrentar adversários de classe; e também de ritualizar suas cosmovisões; suas festas; seus produtos e seus saberes. As lutas, além de defenderem práticas e sujeitos, montam pedagogias e saberes, círculos, rodas de prosa, modos de compartilhamento, estéticas, colagens, humor.

O que se vê nessas lutas, organizações, atitudes e saberes, é o sopro profundo da realidade animando o sentido da própria luta e de seus saberes. E especialmente, a posição firme contra qualquer divórcio de saber que, quase sempre – e reiteradamente – ajuda criar explorações de classe, humilhação, preconceito. O vínculo ao presente problemático recoloca a importância dos saberes enraizados; dos símbolos e das ações que geram pertencimento de classe, étnica, sexual.

Nessa perspectiva, em meio as marchas, é que se propôs a leitura territorial do Cerrado. A descoberta que a erosão da diversidade biológica é corresponde à erosão da diversidade de saberes; e que a afirmação do território fez proceder a negação a diversidade do bioma, se insinuou como um ponto central da construção da proposta. Motivo que levou a pensar as ações geopolíticas no pós-guerra; o incremento da ciência e da tecnologia; o

pacto político entre Estado e corporações; e também a resistência ativa de Movimentos Sociais e de outros setores que defendem a integridade do Cerrado.

Os povos que dependem do Cerrado para sobreviver, a qual se pode mencionar o homem e a mulher do campo: camponeses, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, entre outros, assim como aqueles e aquelas que vivem nas cidades, os que trabalham nas mineradoras; no comércio; nas empresas estatais; na indústria e, de uma forma ou outra, convivem com a cultura dos povos do Cerrado, exercem falas, expressam a sua vida pelas suas comidas; pela ação política; pelas artes, entre outros aspectos socioculturais são vitimadas pelo modelo geopolítico que inseriu o Cerrado goiano na economia-mundo.

A leitura territorial do Cerrado intenta mapear as contradições advindas desse tipo de inserção; intenta também reconhecer a sua rica diversidade; mas também o extermínio de povos, línguas, plantas; intenta igualmente defender o Cerrado da cobiça aniquiladora encetada pela perspectiva economicista. Quer se ler o Cerrado para compreender o Brasil e se obriga a ler o Brasil para compreender o Cerrado.

For territorial reading of the Cerrado: the perverse link between the production of wealth and social inequality

Abstract: The collective endeavor around the geographic construction of an approach to the Cerrado - and research directly involving the Cerrado in Goiás, allow two questions: what are the production of meaning of the different representations of the Cerrado? This question may be simpler: what is the political sense that comes from the representations of the Cerrado? Through an active dialogue with geographers from Goiás and outside Goiás; and also with members of the Social Movements and with all those who defend integral life and human rights, we point out that, for the critical reading of the Cerrado interpretation, there is a need to intertwine the notions of Biome and Territory. This intertwining starts from a premise: the Cerrado of Goiás is a geopolitical construction. Therefore, it is necessary, in a critical analysis, to unveil its ideologization and understand the formation of an unequal territory.

Keywords: Territorial reading of the Cerrado. Social inequality. Geopolitics. Geographic scales.

Para la lectura territorial del Cerrado: el vínculo perverso entre producción de riqueza y desigualdad social

Resumen: El esfuerzo colectivo en torno a la construcción geográfica de un enfoque del Cerrado - y la investigación que involucra directamente el Cerrado en Goiás, permite dos preguntas: ¿cuál es la producción de significado de las diferentes representaciones del Cerrado? Esta pregunta puede ser más simple: ¿cuál es el sentido político que se desprende de las representaciones del Cerrado? A través de un diálogo activo con geógrafos de Goiás y fuera de Goiás; y también con los miembros de los Movimientos Sociales y con todos aquellos que defienden la vida integral y los derechos humanos, señalamos que, para la lectura crítica de la interpretación del Cerrado, es necesario entretrejer las nociones de Bioma y Territorio. Este entrelazamiento parte de una premisa: el Cerrado de Goiás es una construcción geopolítica. Por tanto, es necesario, en un análisis crítico, desvelar su ideologización y comprender la formación de un territorio desigual.

Palabras clave: Lectura territorial del Cerrado. Desigualdad social. Geopolítica. Escalas geográficas.

Referências

ANM – Agência Nacional de Mineração. **Desempenho do setor mineral:** Goiás e Distrito Federal. DNPM - 6º DS/GO, 2017.

ARRAIS, T, A. **A produção do território goiano:** economia, urbanização , metropolização. Goiânia: Editora UFG, 2013.

CASTILHO, D.; CHAVEIRO, E. F. Por uma análise territorial do Cerrado. In: PELÁ, M.; CASTILHO, D. (Org.). **Cerrados: perspectivas e olhares.** Goiânia: Editora Vieira, 2010. p.35-50.

CHAVEIRO, E. F.; BARREIRA, C. C. M. A. Cartografia de um pensamento de Cerrado. In: CASTILHO, D.; PELÁ, M. (Org.). **Cerrados: perspectivas e olhares.** Goiânia: Vieira, 2010. p.15-34.

DEMAMBRO, E. **Eixo de integração viária:** impactos econômicos e sociais da BR 158 sobre as cidades do Vale do Araguaia Mato-Grossense entre 2000 e 2014. Dissertação (mestrado), PUC, Goiânia/GO, 2016.

GOMES, O. A nova matriz espacial do território goiano. In: GOMES, H. (Org.). **Universo do Cerrado.** Goiânia: Ed. da UCG, 2008. Vol.2. p.353-376.

GONÇALVES, R. J. de A. F. **No horizonte, a exaustão:** disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás. 504f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, 2016.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo.** Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2016.

IMB - Instituto Mauro Borges. **Goiás em Dados 2017.** Goiânia/GO: SEGPLAN, 2017.

INOCÊNCIO, M. E. **As políticas públicas para a agricultura e a incorporação do Cerrado – o PRODECER.** Goiânia/GO, Mimeo, 2006.

INOCÊNCIO, M. E. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado.** 279 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2010.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

PIRES, M. O. Programas agrícolas na ocupação do Cerrado. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 3, n.1-3, p. 111-131, 2000.

RIGONATO, V. D. As representações sociais dos cerrados: um estudo de caso no Colégio Alexandre Leal Costa, no Oeste da Bahia. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 33, n. 2, p. 239-258, maio/ago. 2013.

SOUZA, J. G. Local-global: território, finanças e acumulação na agricultura. In: LAMOSO, L. P. **Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul**. Curitiba: Íthala, 2015.

Sobre o autor

Eguimar Felício Chaveiro – Graduado em Geografia pela Universidade Católica de Goiás, mestre em educação pela Universidade Federal de Goiás, doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Goiás atuando nos níveis de graduação e pós graduação. É coordenador do Núcleo de estudos Espaço, Sujeito e Existência "Dona Alzira". Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental, a dinâmica da cidade, geografia urbana, geografia do trabalho e desenvolvimento urbano.

Recebido para avaliação em julho de 2020

Aceito para publicação em setembro de 2020